

Teoria social e reducionismo analítico

Henrique José Domiciano Amorim
Caxias do Sul, Editora da Universidade
de Caxias do Sul, 2006, 175 p.

LUCIANO CAVINI MARTORANO¹

A obra de Henrique Amorim se propõe a criticar teses fundamentais do debate contemporâneo sobre a centralidade do trabalho. Para responder a tal desafio, o autor não se limita apenas ao exame do trabalho de autores contemporâneos como André Gorz e Serge Mallet, mas resgata o contexto histórico que motivou o surgimento da sociologia do trabalho, além de se debruçar sobre o clássico texto de Emile Durkheim, *A divisão social do trabalho*.

No primeiro capítulo do livro, Amorim procura revelar as ligações existentes entre as teses dominantes na sociologia do trabalho nos anos 1960 e as teses das décadas de 1980 e 1990 do século passado. Apoiando-se sobretudo na crítica às análises de Gorz, o autor, ao examinar as causas da perda de influência política dos trabalhadores no capitalismo atual, afirma que elas estariam nas “formas de apropriação burguesa da subjetividade operária”, no “alargamento das formas de exploração da força de trabalho”, na “radicalização da gerência capitalista”, e “na própria adesão da intelectualidade de esquerda ao pensamento liberal” (p.27). Assim, desde o início, o leitor constata que a análise de Amorim ultrapassa os limites da crítica inicialmente proposta, na medida em que busca oferecer formulações alternativas às teses examinadas.

1 Doutor em Ciência Política no IUPERJ/Rio de Janeiro.

O segundo capítulo é dedicado à origem da sociologia do trabalho, destacando-se o privilegiamento do aspecto técnico nas análises das mudanças do processo produtivo, fazendo que a sociologia do trabalho deixasse de buscar as conexões de tais transformações com a totalidade social na qual estavam inseridas. Ao procurar examiná-las nesse quadro de referências mais amplo, o autor assume as posições de autores como John Kelly e Stephen Wood, defensores da posição de que a sociologia do trabalho, em vez de se tornar uma “ciência *da* empresa”, acabou se transformando em “uma ciência *para* a empresa” (p.61).

Indo novamente além da crítica, o autor argumenta no terceiro capítulo que a automação representou não a conquista de maior autonomia por parte dos trabalhadores, mas o aprofundamento de sua “*subsunção* real ao capital” (p.112). Ela tampouco eliminou a divisão capitalista do trabalho ou o caráter salarial do trabalho. Segundo Amorim, o que muda é “sua forma de exploração” pois, com a sua introdução, “a criatividade do trabalhador também pode ser explorada” (p.118).

O quarto e último capítulo trata da tese do “primado das forças produtivas”, considerada a matriz teórica que conformaria o debate contemporâneo sobre o “mundo do trabalho”.

Por que Amorim classifica as teses dominantes da atual sociologia do trabalho como reducionistas? Além da primazia dada ao desenvolvimento das forças produtivas sob a forma de um “determinismo tecnológico”, e das teses vinculadas ao “humanismo científico”, outras razões, ligadas às anteriores, são apontadas ao longo do trabalho para justificar tal classificação, entre as quais destacamos: “uma análise restrita do trabalhador” que “reduziu o indivíduo (sujeito) a um mero observador (objeto) de uma realidade alheia a ele” (p.45); o trabalho assalariado também “foi reduzido a uma relação mercantil, dada sobretudo pela relação de troca entre patrões e empregados” (p.64); referindo-se a Gorz, o trabalhador teria sido “identificado com o seu posto de trabalho”, de forma que essa relação adquiriu “um sentido único”: “Ele [o trabalhador] é o que é o seu trabalho” (p.104).

O sugestivo trabalho de Amorim, além de contribuir para o desenvolvimento do mais recente debate sobre o tema da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, oferece também elementos importantes para os pesquisadores interessados no aprofundamento de três questões centrais para uma sociologia de cunho materialista:

1) A questão do sujeito histórico

Influenciado por Gramsci, o autor se preocupa em realizar a sua análise levando sempre em conta “o momento histórico” (p.64), não apenas aquele que deu origem à sociologia do trabalho, mas os momentos posteriores que motivaram, de alguma maneira, alterações envolvendo o seu objeto, as suas teses ou os seus conceitos. Além disso, ao longo do trabalho, a própria história surge como a criação de sujeitos autônomos singulares que conseguiriam impor o seu projeto de

classe aos demais, como nos revelam as seguintes afirmações: “a classe burguesa pôde [...] unificar a vida cultural, constituindo uma nova sociedade” (p.53); e “a própria construção da história cabe aos sujeitos que detêm as formas de realização do capital” (p.135).

Deixando de lado um conjunto de outros problemas ligados à noção de “sujeito histórico” – como, por exemplo, o de saber estabelecer os limites objetivos e subjetivos de sua ação, tida como consciente –, queremos apenas assinalar que a adoção de tal problemática vai produzir conseqüências diretas sobre a análise de Amorim, tal como indicamos a seguir.

2) A questão da relação entre teoria e política, e entre Sociologia e classes sociais

Se os sujeitos “fazem” a história, ainda que seja através da luta de classes, todos os seus resultados aparecem no texto em foco, necessariamente como a sua obra, o seu meio, ou o seu instrumento. Surge daí uma relação direta, sem o recurso às mediações necessárias, entre a teoria e a política (exemplo: “teoria (visões de mundo) e prática são formas do pensamento que expressam, em campos distintos, uma política interessada e específica”, p.149), bem como entre a sociologia e as classes sociais (por exemplo: Durkheim teria contribuído para “alicerçar cientificamente o projeto político da classe dominante”, p.70). Da mesma forma, a reestruturação produtiva, segundo Amorim, “continha (contém) uma dimensão política clara [...]: a da necessidade de adequação teórica a um novo momento da luta de classes” (p.27-8).

Ou seja, as constantes referências ao sujeito histórico, à conjuntura e à luta de classes acabam transformando tais noções em chaves explicativas de caráter tão amplo que acabam prejudicando um maior detalhamento analítico de natureza conceitual, capaz de dar conta de um conjunto maior de determinações e de relações – diretas e/ou indiretas, imediatas e/ou mediatas – dos fenômenos em foco.

3) A questão da ligação entre forças produtivas e luta de classes

Como a crítica à tese do primado das forças produtivas é o principal fio condutor de toda a obra, por ser o “fundamento” (p.165) das análises examinadas – contraposta à tese assumida pelo autor de uma luta de classes sempre presente no modo de produção capitalista, inclusive sob a forma da “*conciliação*” e da “*negociação*” (p.92, grifos no original), tanto “dentro” como “fora da produção” (p.168) –, pode-se perguntar: Amorim considera a possibilidade de integrar ambas as teses, ou de apresentá-las sob o signo da disjunção?

Como indicação ao leitor, e um convite à leitura e discussão do livro de Amorim, reproduzimos aqui a seguinte passagem, retirada das “Considerações Finais”: “A invocação do primado das forças produtivas como motor da história retirava, assim, a importância da luta de classes como pressuposto teórico central e também como atividade política decisiva nas sociedades de massa” (p.167).

Embora o autor se declare favorável à tese da unidade entre as forças produtivas e as relações de produção (p.131 e segs.) – apoiando-se em uma leitura bastante singular do livro de A. D. Magaline, *Luta de classes e desvalorização do capital*, geralmente interpretado como uma das melhores defesas do primado das relações de produção sobre as forças produtivas –, a visão que acaba predominando em seu texto é a de que, malgrado oscilações, o decisivo não seria apenas a discussão sobre qual dos conceitos teria o papel primário e qual teria o papel secundário, mas o de uma suposta opção a ser feita por um ou outro. Assim, referindo-se à análise de Gorz baseada em “uma evolução progressiva e incontornável das forças produtivas”, Amorim considera que, dessa maneira, esse sociólogo estabeleceu “uma *ruptura* com as teses proferidas por Marx, em especial, com a da luta de classes como fundamento da transformação histórica” (p.109, grifos nossos). Vale sublinhar ainda que o autor assume a definição de forças produtivas proposta por Magaline – “as relações sociais, econômicas, ideológicas, políticas, na medida [...] em que estas relações intervêm de modo ‘eficaz’ na apropriação social da natureza” (apud, p.137) –, definição essa que, na realidade, representa uma volatilização do conceito de forças produtivas na medida em que negligencia a sua dimensão material como meio e instrumento de trabalho (máquinas e equipamentos), e privilegia a sua dimensão social.

MARTORANO, LUCIANO CAVINI. Resenha de: AMORIM, Henrique José Domiciano. Teoria social e reducionismo analítico. Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2006, 175 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008, p.179-182.

Palavras-chave: Teoria social; Trabalho; Sociologia do trabalho.